

3 FEV 1988

3 FEV 1988
Educação

JOSÉ THOMAZ SENISE

Farsa e fraude são manifestações da fraqueza humana, que, com toda certeza, não se observam somente no Brasil. Mas aqui, esses desvios do comportamento assumem características que extravasam do âmbito individual, tornando-se atributos nacionais.

A farsa nacional é folclórica, desde o "prá inglês ver" caipira, até o "firme propósito" de lausteridade (p.ex. no rígido controle dos gastos públicos e do uso de carros oficiais) de todo governante recém-eleito (e de outros que procuram manter-se no poder).

Seríssima, por suas conseqüências na educação, é a farsa no ensino.

Sirvam de exemplo as estatísticas do primeiro grau, que registram uma elevada relação professor/aluno nas redes de ensino oficial, omitindo, porém, o grande número de professores encostados nas secretarias. Ou então, as estatísticas relativas à alfabetização de adultos, que silenciam o fato de haver grande número de "alfabetizados" que mal sabem escrever o próprio nome.

Quantas estatísticas desse tipo procuram retratar favoravelmente o Brasil na Unesco, na OIT e tantos outros órgãos internacionais? Farsas e mais farsas, tudo "prá inglês ver".

Da farsa oficial, institucionalizada, desce-se na estrutura da sociedade até à farsa individual, que se alastra de forma crescente, em proporção aos anos de estudo, entre garotos e garotas do primeiro grau e adolescentes do segundo grau, para atingir o auge entre moças e moços na universidade.

Uma das formas típicas dessa farsa manifesta-se nas provas e não só por iniciativa dos alunos. Muitos são os professores que, premidos pelo tempo, desgastados pela sobrecarga de trabalho e deprimidos pelos baixos salários, não têm mais ânimo para preparar provas que sejam instrumentos válidos de averiguação de aproveitamento individual. Averiguação já por si difícil, em turmas excessivamente numerosas.

Daí decorre que esses professores pouco ou nada exigem dos alunos. Estes são expostos à farsa de provas "fáceis" ou apenas formalmente "difíceis", mas que, na realidade, são simples repetição de matéria dada em aula ou constante de livros e apontamentos cuja consulta é liberada na prova.

Da farsa, passa-se facilmente à fraude. Fraude primária e circunstancial, de consulta à prova do colega da frente ou de troca de informações com o colega do lado. Fraude organizada em grupo, com a troca de informações entre colegas, nas

saídas "para o banheiro". Fraude premeditada, com o preparo de "colas" de todo tipo, consultadas furtivamente, passadas de um para outro.

Um dos mais graves indícios do fracasso da escola como educadora, como formadora de hábitos de trabalho, como estágio de aprendizado da ética profissional, encontra-se justamente no problema da "cola", que impera em todos os níveis do ensino, transformando os alunos mais conscientes em "bobos" ou "caxias" e os professores mais "sérios" em fiscais "quadradros" ou "carrascos".

Contaminadas pela farsa e pela fraude, as provas escritas deixam de ser um instrumento de avaliação de aproveitamento, para se tornarem verdadeiros desafios à capacidade dos alunos em simular seriedade de comportamento durante a prova e à capacidade e vontade do professor em detectar e coibir essa mesma simulação. Vontade muitas vezes derrotada pelo comodismo do professor, que finge não ver, ou tolera o que se passa diante de seus olhos, transformando, assim, a fraude dos alunos em farsa do sistema.

Esse é o espetáculo propiciado por inúmeras provas realizadas em muitos de nossos estabelecimentos de ensino. Um misto de fraude e farsa, de aparente rigor e de efetiva facilitação. Um espetáculo que só não se assiste num número proporcio-

nalmente reduzido de escolas.

Não é pois de admirar que, habituados à farsa e à fraude do segundo grau e sabedores da farsa e da fraude do terceiro grau, os que pretendem ingressar no ensino superior sejam presa fácil dos organizadores de fraudes nos concursos vestibulares.

Chega-se, assim, ao que vemos hoje: o controle do sigilo dos vestibulares passou a ser problema de polícia e a descoberta de fraudes passou a ser sinônimo de fracasso do sistema de vestibulares.

Como remédio para a praga da fraude, receita-se a eliminação dos vestibulares e a introdução de outros critérios de seleção, supostamente mais eficientes e seguros. Ou seja, propõe-se eliminar o efeito, sem atingir a causa da fraude.

Não é o tipo de exame, ou o critério de seleção, que gera a fraude. Esta se encontra enraizada no âmago dos indivíduos que a cometem e que se manifesta na filosofia do jeitinho, do tirar vantagem, para não dizer pior, que infecciona a nossa sociedade.

Essa filosofia, é claro, não afeta somente o vestibular, tampouco apenas o ensino em seu todo, conforme já comentei em matéria publicada pelo O Estado ("Ensino e sociedade", 30/12/87). Na realidade, a tentativa de fraude, a fraude ocasional, a fraude organizada, a corrupção desenfreada, tornaram-se comuns em nossa

sociedade, tendo criado fama até no Exterior.

Pois então, somos uma nação de falsos, desonestos e corruptos? Claro que não. Em todas as sociedades — e a nossa não constitui exceção — existe maioria (sim, maioria) de gente de bem, de gente que ainda mantém padrões de comportamento "antigos", do tempo em que um fio de barba valia mais do que uma escritura em tabelião.

Essa maioria assiste impotente ao espetáculo degradante de uma minoria atuante, no governo e fora dele, que não hesita em silenciar o pouco que lhe resta de consciência, em troca de um punhado de moedas, ou em troca de vantagens em prejuízo de outros.

Como cercear a atuação dessa minoria? Como fazer prevalecer os valores éticos da maioria?

A possibilidade de eliminar fraudes no ensino existe e nos indica o caminho para eliminar outras mazelas.

Sirva-nos o exemplo das escolas que tentam — e algumas conseguem — eliminar a "cola" e outros tipos de fraude. Como? Nessas escolas, os novos alunos se comprometem a respeitar um regime de "disciplina consciente", que passa a nortear todas as suas atividades escolares. O regime é respeitado, porque há o exemplo dos alunos mais antigos que o respeitam e porque há o exemplo dos professores que

cumprem conscientemente o seu dever de ensinar e educar. Por outro lado, os raros casos de transgressão, de tentativa de fraude, são severamente punidos, inclusive com a expulsão.

O que se conclui daí? Que o exemplo vem dos colegas mais velhos, dos professores, dos dirigentes. E mais: vem dos pais, dos políticos, dos governantes, do respeito à lei, do rigor da Justiça.

O que falta em nossa sociedade são bons exemplos vindos dos de cima, daqueles que detêm o poder.

Nossa maior esperança é que, após as próximas eleições, o poder passe a ser exercido por pessoas que possam legitimamente representar a maioria do povo brasileiro, essa maioria silenciosa constituída por "gente de bem", pessoas que ponham os interesses da Nação acima dos interesses dos partidos, dos interesses dos amigos e parentes e sobretudo acima de seus interesses pessoais.

Sómente dessa forma, possamos talvez um dia perder a pecha de país pas-sísteux e sermos reconhecidos como "país viável".

O autor é engenheiro pela USP e PhD pela Universidade de Stanford, ex-professor do ITA e da Escola Politécnica da USP e professor da Escola de Engenharia do Instituto Mauá de Tecnologia.